



ST3 - Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: IMPORTÂNCIA PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

PRESTACIÓN CONTINUA EN CUOTAS: IMPORTANCIA PARA LAS FAMILIAS DE BAJOS INGRESOS CUBIERTAS POR EL PROGRAMA EN EL MUNICIPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

CONTINUED INSTALLMENT BENEFIT: IMPORTANCE FOR LOW-INCOME FAMILIES COVERED BY THE PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

Camila de Aguiar dos Santos¹, Mirna Yéssica Brasil Correa², Silvia Flores³, Altacir Bunde⁴

¹ Mestranda do PPGA da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

² Mestranda do PPGA da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Bolsista Capes.

³ Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

⁴ Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Palavras-chave: Políticas públicas de transferência de renda. Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sant'Ana do Livramento - RS.

Palabras clave: Políticas públicas de transferencia de ingresos. Beneficio de Pago Continuo (BPC). Sant'Ana do Livramento - RS.

Keywords: Public income transfer policies. Continuous Cash Benefit (BPC). Sant'Ana do Livramento - RS.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas, como as políticas de transferência de renda, são desenvolvidas para combater a desigualdade social e econômica. Essas políticas, consideradas compensatórias, visam garantir a renda mínima necessária para que as pessoas em situação de pobreza possam atender suas necessidades básicas e, assim, promover a igualdade de oportunidades (Silva, 2010; Pase; Melo, 2016). A Constituição Federal de 1988 institucionalizou o BPC, garantindo o valor de um salário-mínimo mensal aos seus beneficiários, o que contribui para a redução da pobreza e desigualdade social. O BPC, destinado a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade, desempenha um papel vital na garantia de condições dignas de vida para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, agravada pela idade ou deficiência (Becker, 2020).

Esta pesquisa explora o significado e a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como um componente crucial da política de Assistência Social para famílias de baixa renda em Sant'Ana do Livramento - RS. A pesquisa tem como objetivos específicos analisar a



origem das famílias beneficiárias do BPC, identificar as principais despesas custeadas por elas e avaliar o impacto social do programa na vida dessas famílias. Assim, busca-se entender como o BPC contribui para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias contempladas (Assis, 2020).

Além disso, a centralidade da família no desenho das políticas sociais no Brasil, implementadas desde a década de 1990, reflete a importância das políticas de transferência de renda, como o BPC, em ampliar a intervenção pública e otimizar o uso dos recursos disponíveis para os mais necessitados (Senna; Costa, 2018). A pesquisa destaca que o BPC é um instrumento essencial para a distribuição de renda e inclusão social em Sant'Ana do Livramento, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda. Portanto, o BPC é crucial não apenas como um meio de assistência financeira, mas também como um mecanismo que promove justiça social, permitindo que as famílias mais vulneráveis tenham acesso a uma vida mais digna e igualitária.

METODOLOGIA

A pesquisa busca compreender a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda no município de Santana do Livramento, RS. A metodologia envolve um estudo de caso qualitativo (Yin, 2005), com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas (Yin, 2010) realizadas com 10 beneficiários do BPC. Essas entrevistas foram complementadas por uma revisão bibliográfica e análise de dados oficiais, permitindo uma avaliação aprofundada do impacto do BPC na vida dos entrevistados. A pesquisa foi estruturada em etapas que incluíram a análise da legislação, levantamento de dados sobre beneficiários, e a transcrição e codificação qualitativa das entrevistas. Utilizou-se da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Os resultados estão fundamentados em um tripé que abrange pesquisa de campo, análise de literatura científica e dados oficiais, proporcionando uma visão abrangente sobre a relevância do BPC para as famílias de baixa renda no contexto estudado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Políticas de transferência de renda do Brasil

Na década de 1990, os Programas de Transferência de Renda (PTR) emergiram como uma importante estratégia de combate à pobreza na América Latina. Segundo Ferreira (2009), esses programas visam distribuir renda diretamente a famílias pobres ou extremamente pobres, condicionando o recebimento à utilização de serviços públicos, como saúde e educação. A implementação inicial desses programas ocorreu no Brasil, em 1995, e no México, em 1997, disseminando-se posteriormente por outros países da região.

No Brasil, o sistema de política social é complexo e abrangente, estabelecido pela Constituição de 1988 com o objetivo de atender universalmente às necessidades da população, embora enfrente desafios financeiros e administrativos, conforme Souza (2011). Entre os principais programas de transferência de renda no país estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a aposentadoria rural e o Bolsa Família (BF), todos desempenhando papéis essenciais na mitigação da pobreza e na promoção da inclusão social.



O BPC, conforme descrito por Souza (2011), é um benefício sem condicionalidades, destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, sendo uma evolução do programa Renda Mensal Vitalícia (RMV). A aposentadoria rural, por sua vez, é um benefício assistencial que não exige contribuição prévia ao sistema de seguridade social, beneficiando trabalhadores rurais idosos. Ambos os programas são geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o BPC sendo implementado a partir de 1995.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, consolidou-se como um dos principais programas de transferência de renda com condicionalidades no Brasil. Souza (2011) destaca que, além de aliviar a pobreza no curto prazo, o PBF visa reduzir a pobreza de longo prazo incentivando o desenvolvimento do capital humano das gerações futuras por meio de exigências como a frequência escolar e cuidados de saúde. Esses programas, com suas finalidades, públicos-alvo e legislações específicas, são fundamentais para entender as trajetórias orçamentárias das políticas públicas brasileiras de combate à vulnerabilidade social. Embora este texto não aprofunde a formulação e implementação desses programas, ressalta-se que eles formam a base para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

A importância das políticas públicas de transferência de renda para as famílias de baixa renda

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais que resultam em elevados índices de pobreza, enraizados no modelo de desenvolvimento econômico, político e social adotado ao longo da história do país. Cunha, Yazbek e Costa (2007) destacam que essa desigualdade decorre, sobretudo, da má distribuição de bens e riquezas, excluindo uma parte significativa da população do acesso a bens, serviços, e consequentemente, das relações sociais e do direito à cidadania.

Nesse contexto, a intervenção do Estado torna-se essencial para a regulação social e a promoção de políticas públicas que garantam o acesso da população mais vulnerável aos bens e serviços essenciais, conforme Cunha, Yazbek e Costa (2007). Políticas sociais, frequentemente, são a única via para assegurar que a população pobre exerça seus direitos de cidadania. Essa necessidade destaca a importância da formulação de políticas públicas especialmente voltadas para as populações em situação de pobreza extrema.

No debate acadêmico, políticas públicas são amplamente definidas como as ações do governo que produzem efeitos específicos na vida dos cidadãos. Souza (2003) sugere uma visão holística do conceito, onde indivíduos, instituições, interações, ideologias, e interesses desempenham papéis cruciais, ainda que haja divergências quanto à importância relativa desses fatores.

Particularmente, as políticas de transferência de renda têm se destacado na América Latina como uma ferramenta eficaz para combater a pobreza, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) o principal exemplo no Brasil. Cavalcante (2011) ressalta que o PBF é o maior programa de transferência condicionada de renda na região, atendendo cerca de 24% da população brasileira e visando a redução da pobreza através de três eixos principais: alívio imediato da



pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos e integração com programas complementares.

Por fim, Wlodarski (2007) argumenta que, embora as políticas de transferência de renda tenham um papel importante na mitigação dos efeitos da pobreza, elas devem ser integradas a uma proposta maior de ações estruturais para realmente enfrentar as desigualdades sociais. Somente com uma articulação entre essas políticas e outras ações estruturais é que será possível reduzir significativamente a pobreza e os problemas sociais associados, promovendo um Estado mais inclusivo e igualitário.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Origem e a importância do BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito constitucional garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por diversas leis e decretos, assegurando um salário-mínimo mensal a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de garantir seu sustento, nem ter este provido pela família. O BPC, apesar de seu caráter não contributivo e universal, encontrou resistências dentro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tradicionalmente opera sob a lógica do seguro social, o que o posicionou como um "intruso" dentro desse sistema (Maciel, 2008; Stopa, 2019).

O benefício, criado como parte das provisões da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, e implementado em 1996, desempenha um papel crucial no combate à pobreza extrema entre idosos e pessoas com deficiência, porém, enfrenta desafios na sua operacionalização devido a tensões entre as lógicas da assistência social e da previdência. Ao longo dos anos, o BPC passou por tentativas de redução e restrição, especialmente durante os governos neoliberais dos anos 1990, que buscaram desvinculá-lo do salário-mínimo e limitar seu acesso, o que gerou forte resistência de movimentos sociais e profissionais comprometidos com a ampliação dos direitos sociais (Reis, 2011).

Mesmo com esses desafios, o BPC consolidou-se como um importante mecanismo de proteção social, diferenciando-se dos programas de transferência de renda lançados nos anos 1990 e 2000, que são alinhados a preceitos neoliberais e geralmente oferecem valores inferiores ao salário-mínimo. O BPC mantém um valor de benefício relativamente alto, o que tensiona a lógica prevalente das políticas sociais voltadas para os pobres, que tendem a oferecer benefícios de montantes menores (Reis, 2011).

A implementação do BPC foi marcada por dificuldades operacionais e uma desconexão com a política de Assistência Social, agravada pela fragmentação e enfraquecimento desta política durante o período FHC. A falta de integração do BPC com outras políticas sociais e o isolamento dentro da estrutura previdenciária limitaram seu potencial de expansão e fortalecimento, apesar de ser um direito essencial para a sobrevivência digna de muitos brasileiros em situação de vulnerabilidade (Reis, 2011).

Em suma, o BPC é um programa atípico dentro do cenário das políticas sociais brasileiras, com uma trajetória marcada por sucessivas restrições, mas que continua sendo fundamental na



garantia de renda para idosos e pessoas com deficiência, desempenhando um papel crucial na redução da pobreza extrema e na promoção da dignidade social no Brasil.

A importância do BPC para as famílias de baixa renda

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante a transferência de renda a pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos, cujo acesso é baseado em critérios específicos como a renda familiar per capita inferior a um quarto do salário-mínimo e a comprovação de impedimentos de longo prazo que dificultam a participação plena na sociedade (Vaitsman et al., 2017). A avaliação para concessão do BPC envolve tanto a perícia médica quanto a avaliação social, realizada por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que analisam fatores ambientais e sociais que atuam como barreiras à inclusão social das pessoas com deficiência.

O BPC se destacou como um avanço nas políticas sociais brasileiras, por garantir proteção a segmentos da população historicamente desassistidos, promovendo a inclusão social de idosos e pessoas com deficiência, e se tornou um dos principais mecanismos de proteção social do Estado (Couto, 2021). Contudo, o método de avaliação dos beneficiários, especialmente em relação à comprovação de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, permanece polêmico e evidencia o caráter focalista e seletivo do programa, ainda distante de uma política de cobertura universal (Couto, 2021).

O BPC é percebido por seus beneficiários como um reconhecimento de direitos, fundamental para assegurar a cidadania daqueles em situação de vulnerabilidade. Para as famílias de baixa renda, o benefício tem um impacto significativo, garantindo a subsistência mesmo que em condições modestas, mas ainda assim representando uma diferença crucial em suas vidas (Reis, 2011). O BPC é essencial na erradicação da extrema pobreza e na redução das desigualdades sociais no Brasil, especialmente em períodos de crise econômica, configurando-se como um dos instrumentos mais relevantes de redistribuição de renda no país, muitas vezes sendo a única fonte de renda das famílias beneficiadas (Wlodarski, 2007).

Pessoas beneficiadas com o BPC no Brasil e em Santana do Livramento – RS

Neste segmento da pesquisa, conforme trabalho já realizado por Ernesto (2022), em trabalho denominado *Benefício de Prestação Continuada (BPC) sua importância para as famílias de baixa renda no município de Santana do Livramento-RS*, são apresentados e analisados dados extraídos da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. Quanto ao número de beneficiados com o BPC no Brasil, em janeiro de 2004, totalizava 1.710.521 pessoas, sendo, desse total, 60,74% com deficiência (1.039.044 pessoas) e 39,26% (671.477 pessoas) idosos. Em janeiro de 2021, esse número saltou para 4.656.360 pessoas, sendo 54,79% (2.551.072 pessoas) com deficiência e 45,21% idosos (2.105.288 pessoas). Em relação ao crescimento do número de beneficiários, o aumento no período foi de 171,05%.

No que concerne à evolução do valor repassado aos beneficiários do BPC, sua variação está diretamente relacionada à oscilação que ocorre no número de beneficiados, posto que cada pessoa recebe o valor equivalente a um salário-mínimo; por esse motivo, a variação no valor também ocorre em função do aumento do valor do salário. Para se ter uma ideia da



importância do programa, em 2020, foram repassados para as 4.636.426 de pessoas beneficiadas no país, mais de 58,4 bilhões de reais.

Como apontado por Ernesto (2022) acerca da evolução do número de pessoas com deficiência e dos idosos que receberam o BPC no país, a partir do ano de 2020, ocorreu uma redução no número de pessoas com deficiência que receberam o benefício. Das 2.597.276 pessoas que receberam o benefício em 2019, esse número caiu para 2.581.266, uma redução de 46.204 pessoas.

Quanto ao número de pessoas beneficiadas com o BPC no município de Santana do Livramento – RS, em 2004, totalizava 1.393 pessoas, sendo 35,39% com deficiência (493 pessoas) e 64,61% (900 pessoas) idosos. Em 2021, esse número saltou para 3.986 pessoas, sendo 43,33% (1.127) pessoas com deficiência e 56,67% idosos (2.259 pessoas) (Ernesto, 2022).

Em relação ao crescimento do número de beneficiários no município, o aumento no período de 2004 a 2021, foi de 186,15%. Segundo Ernesto (2022), diferentemente do que aconteceu no Brasil, em Santana do Livramento – RS, em 2004, a maioria das pessoas beneficiadas com o BPC eram idosos (64,61%), enquanto no Brasil, esse percentual foi de apenas 39,26%. Cabe destacar que, diferentemente do país, a maioria dos beneficiários no município continua sendo as pessoas idosos (56,67%).

No que diz respeito à diminuição do número de pessoas com deficiência que receberam o benefício a partir de janeiro de 2020 no município, assim como ocorreu no país, em Santana do Livramento – RS, 46 pessoas com deficiência perderam o benefício ao se comparar os anos de 2020 com o de 2021 (Ernesto, 2022). Dentre os fatores que contribuíram para essa redução podem ser considerados: a Pandemia do Covid-19 e o aperto das políticas restritivas e de cortes no orçamento após a posse do governo de Jair Bolsonaro (Ernesto, 2022).

No que se refere aos valores repassados com o BPC para pessoas com deficiência e idosos em 2020, o total ultrapassou os 50 milhões de reais. Desse total, R\$ 21.923.027,86 foram destinados para pessoas com deficiência e R\$ 28.142.441,36 para pessoas idosos, beneficiando quase quatro mil pessoas em Santana do Livramento- RS. (Ernesto, 2022). Os valores repassados aos beneficiários do BPC no município, que, em 2020, superaram os 50 milhões de reais, certamente contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade social, especialmente das pessoas com deficiência e idosos com idade acima de 65 anos em situação de pobreza.

Percepção de alguns beneficiários do BPC no município de Santana do Livramento – RS

A pesquisa realizada sobre o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em Santana do Livramento (RS) revela que os beneficiários, tanto idosos quanto pessoas com deficiência entrevistados, têm conhecimento limitado e frequentemente confundem o BPC com outros benefícios, como aposentadoria ou auxílio-doença. As informações sobre o BPC são geralmente obtidas por meio de médicos, com alguns entrevistados enfrentando dificuldades burocráticas, especialmente em relação às perícias médicas, que variam conforme o tipo de deficiência.



Os recursos do BPC são utilizados para necessidades básicas como alimentação, medicamentos, e pagamento de contas essenciais, destacando-se sua importância para a sobrevivência das famílias beneficiadas. No entanto, os beneficiários criticam o valor do benefício como insuficiente para cobrir todas as despesas, além de apontarem a necessidade de desburocratização e atendimento mais ágil e humanizado.

Os idosos beneficiários, apesar de terem mais facilidade no acesso ao benefício comparado às pessoas com deficiência, também mostram desconhecimento sobre o que é o BPC, muitas vezes confundindo-o com aposentadoria. Eles mencionaram a necessidade de realizar anualmente a prova de vida para manter o benefício, algo que é visto como uma dificuldade adicional.

A pesquisa sugere que um grau de desinformação entre os beneficiários do BPC, tanto em relação aos critérios de elegibilidade quanto à natureza do benefício. Esta falta de clareza é particularmente evidente entre os idosos, que frequentemente confundem o BPC com aposentadoria, e entre as pessoas com deficiência, que o associam ao auxílio-doença. Ainda é ressaltada a necessidade de campanhas de conscientização e de maior articulação das políticas públicas para melhorar o acesso à informação e garantir que o BPC seja devidamente reconhecido e valorizado como um direito assegurado pela Constituição, essencial para a cidadania dos beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa destaca a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as famílias de baixa renda no município de Sant' Ana do Livramento - RS, e busca contribuir tanto para a literatura quanto para a sociedade em geral. A pesquisa explora a relevância das políticas de transferência de renda no Brasil, contextualizando os reflexos dessas políticas na realidade social e econômica do país, especialmente no que se refere às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os dados analisados revelam várias questões relacionadas ao BPC, levando à reflexão sobre suas limitações e a sugestão de melhorias. Em particular, foram identificadas vulnerabilidades no atendimento aos requerentes do BPC, muitos dos quais enfrentam restrições devido a suas limitações físicas. No entanto, destaca-se que é possível explorar outras formas de atender esse público de maneira mais eficaz. Apesar de o BPC ser considerado essencial pelos beneficiários, apenas a transferência de renda não é suficiente para superar a condição de vulnerabilidade. É necessário que o benefício seja acompanhado por outras políticas estruturantes, articuladas em diferentes áreas, para reduzir as fragilidades sociais de maneira mais ampla.

Como desafios de pesquisa, sinaliza-se especialmente na coleta de dados, devido à natureza específica do público-alvo, composto majoritariamente por idosos. As dificuldades incluem a morte de alguns beneficiários, mudança de endereço, e o receio de participar das entrevistas por medo de perder o benefício.

Com base nos resultados, a pesquisa sugere a necessidade de novos estudos para descobrir alternativas que melhorem o apoio às pessoas beneficiadas pelo BPC. Conclui-se que, em



Sant' Ana do Livramento, é fundamental fortalecer a articulação entre o Instituto Nacional de Seguridade Social e a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social para que o BPC seja mais eficiente e amplamente conhecido. Por fim, ressalta-se a importância de promover espaços para que os beneficiários das políticas públicas possam ser ouvidos, garantindo que seus direitos sejam melhor usufruídos e assegurando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, de modo a reduzir a vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. A. **Políticas Públicas (Tipologias)**. In: CASTRO, L. F.; GONTIJO, C. B.; PINTO, L. M. R. (Orgs.). Dicionário de políticas públicas. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015. 2 v.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, K.L. **Distribuição regional e características socioeconômicas do público-alvo do benefício de prestação continuada (BPC)**. Boletim regional, urbano e ambiental. Santa Maria, 2020.
- COUTO, K. R. **Dos programas de transferência de renda condicionada aos universais: uma análise das propostas para o Brasil pós auxílio emergencial**. 58 f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Santana do Livramento: Unipampa, 2021.
- ERNESTO, A. P. **Benefício de prestação continuada (BPC): sua importância para as famílias de baixa renda no município de Santana do Livramento – RS**. Orientador: Altacir Bunde. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) - Universidade Federal do Pampa, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Santana do Livramento, 2022.
- FERREIRA, M. N. **Programas de transferência condicionada de renda e acesso aos serviços de saúde: um estudo da experiência do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- MACIEL, C. A. B. **O Benefício de Prestação Continuada: as armadilhas**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2008.
- PASE, H.; MELO, C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 312-329, 2016.
- REIS, M. F. **Benefício de prestação continuada: desafios e questões atuais** / Míriam Fátima Reis. – 2011. Disponível em: <http://www.btdt.uerj.br/handle/1/15880> Acesso em: 01 set. 2021.
- SILVA E SILVA, M. O.; BERMÚDEZ, M. M. Os programas de transferência de renda condicionada (PTRC) na América Latina: caracterizando, problematizando e construindo uma proposta de estudo comparado. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, ed. 1, 2014. p. 307-311.
- SOUZA, A. P. **Políticas de distribuição de renda no Brasil e o bolsa-família**. Texto para discussão nº 281 – C-MICRO Nº 01. Escola de Economia de São Paulo. São Paulo: FGV. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9995/TD%20281%20-%20C-Micro%2001%20-%20Andr%C3%A9%20Portela.pdf> Acesso em: 18 jun. 2022.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.
- STOPA, R. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 135, p. 231-248, maio/ago. 2019.
- VAITSMAN, J.; LOBATO, L. V. C. **Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência: barreiras de acesso e lacunas intersectoriais**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. Rio de Janeiro, 2017.
- WLODARSKI, R. **Os programas de transferência de renda do município de Ponta Grossa: Benefícios de Prestação Continuada – BPC e Bolsa família, como ações de enfrentamento da pobreza**. Dissertação (mestrado em ciências sociais aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª edição. São Paulo: Bookman, 2010.